

PARA SAIR DO CONFINAMENTO

A experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto *Somos Hermanos*

Sidnei Marco Dornelas *

Neste artigo esboçamos um ensaio exploratório que busca resgatar a experiência vivida por agentes de pastoral e de saúde por ocasião da implementação do projeto *Somos Hermanos*¹. Partindo da constatação das condições de vida insalubres e de trabalho degradantes dos imigrantes latino-americanos em algumas áreas centrais da cidade, da segregação em que eles se encontravam no interior do espaço urbano, bem como os sinais de xenofobia e preconceito entre agentes de serviços públicos e da população local em relação a eles, o projeto visava uma sensibilização dos agentes públicos e sua aproximação da população imigrante, em sua maior parte em situação de clandestinidade. Entre tantas atividades promovidas, uma das iniciativas originais foi a formação de equipes mistas com os agentes do Programa de Saúde da Família, compostas por brasileiros e imigrantes, por agentes de saúde pública e membros da Pastoral, na prática das visitas às oficinas de costura dos imigrantes. Sem o objetivo de esgotar todos os aspectos envolvidos nessa iniciativa pastoral, a prática de visitas a esses espaços segregados por essas equipes, a experiência concretamente vivenciada por alguns agentes, é o que em parte visamos recuperar neste artigo.

A IDEALIZAÇÃO DO PROJETO

Um relatório bastante amplo sobre este projeto foi apresentado durante o

1º. Fórum Social das Migrações, em Porto Alegre, em janeiro de 2005 (SPM, 2005, p. 337ss). Neste relatório percebemos como a partir da questão das condições de trabalho e saúde dos imigrantes, o projeto foi se desdobrando numa enorme variedade de iniciativas e outros pequenos projetos, que possuíam um objetivo duplo: conscientização dos imigrantes sobre os cuidados para com sua saúde em seu ambiente de habitação e de trabalho, e sensibilização dos agentes públicos de saúde para a cultura e as condições de vida dos imigrantes. Na sua idealização e coordenação, a partir de 2004, estavam Rosana Gaeta e o Pe. Roque Patussi. Ela resume assim as motivações para o projeto:

“...os funcionários na maioria, tinham a seguinte queixa: mal damos conta dos pobres brasileiros, como nós vamos dar conta dos imigrantes? Quanto mais que eles não nos abrem as portas, não tem acesso ao serviço. Quando o serviço vai a eles, eles também não abrem as portas, não entendemos o que falam, é tudo assim, ‘si, si, sim senhor...’ e os problemas de saúde são gravíssimos quando chegam, é tuberculose, é doença sexualmente transmissível, problemas de saúde bucal importante nas crianças, crianças no local de trabalho...”

A percepção desse distanciamento social e cultural entre funcionários de saúde e imigrantes bolivianos, levou à criação de iniciativas tais como: sessões de conscientização dos funcionários

sobre cultura e a realidade dos imigrantes, através de palestras e projeções de documentários; cursos de língua espanhola para os funcionários dos postos de saúde; a contratação de imigrantes como agentes do Programa de Saúde da Família (PSF); a participação em novenas e eventos da comunidade boliviana, para conscientizá-los sobre questões ligadas ao cuidado à saúde; feiras de saúde nos locais e eventos de concentração de imigrantes. Na medida em que o apoio do poder público diminuiu, com a substituição da administração municipal, os projetos se desenvolveram mais a partir do espaço da pastoral, e ganharam um cunho mais cultural e ecológico, embora sem perder de vista a questão da saúde e do trabalho. Em todas essas iniciativas, além da preocupação em aproximar os agentes de saúde dos imigrantes, buscava-se tirar os imigrantes dos espaços de confinamento em que residiam e trabalhavam, pela valorização de sua cultura, o incentivo à participação dos eventos da pastoral, frequência dos serviços públicos, bem como a conscientização de seus direitos.

Nesse sentido, o fulcro e originalidade do projeto se concentraram em duas iniciativas: a contratação de imigrantes bolivianos para integrar equipes mistas do PSF, e a prática de visitas às oficinas de costura com a participação também de agentes de pastoral. A contratação de agentes de saúde imigrantes pelo Poder Público implicou a intermediação do Centro

Pastoral do Migrante da Igreja Nossa Senhora da Paz (Liberdade, centro de São Paulo), e a participação da Escola Paulista de Medicina como entidade parceira, para fazer a seleção e preparação dos agentes: *Eles foram contratados pela Escola Paulista de Medicina, mas eles tinham que saber que se não fosse a pastoral eles não seriam contratados* (Rosana). Sob os cuidados da Pastoral, eles integraram-se com outros brasileiros nas equipes PSF, enfrentando por vezes preconceitos da parte de colegas de trabalho no posto de saúde, além da xenofobia que marcava o meio em que se concentravam os imigrantes. Existem casos de agentes bolivianos que visitam basicamente brasileiros, e agentes brasileiros que atuam em áreas predominantemente habitadas por imigrantes. Rosana explica essa situação:

“No cotidiano é assim, por exemplo: como todo mundo mora na região foi mais complicado ainda, você sabe como o vizinho é, ou se ama ou se odeia, então tinha agente comunitário de saúde que falava assim: ‘eu não suporto boliviano, porque eles fazem xixi na rua, eles são porco, eles não tem higiene...’. Quando eles iam fazer (papa-Nicolau), todo mundo sabe que as mulheres, elas vêm muito sujas... o que mais que eles falavam de negativo da comunidade boliviana? Eles ficam com as máquinas até altas horas da noite, eles detonaram os serviços de costura na região porque eles se submetem a qualquer pagamento e o brasileiro não se submete a qualquer pagamento, então ‘tá tudo na mão deles’. Existia por algumas pessoas que moravam na região e trabalhavam no posto de saúde, uma verdadeira raiva dos bolivianos e aí ter que trabalhar com um do seu lado... Então, qualquer deslize, apontavam, e no coletivo, o que é muito humilhante.”

Apesar das incompreensões e desta hostilidade, vários agentes conseguiram se manter atuando e começaram a atenuar certas idéias preconcebidas seja de brasileiros como dos imigrantes. Se a integração de imigrantes nas equipes PSF revelou-se um avanço, também a parceria com a Pastoral permitiu que seus agentes aproveitassem da abertura oferecida por meio de uma política pública, para se aproximar também das oficinas de costura dos imigrantes. Na verdade, muitos agentes PSF já tinham uma prática de visita a várias oficinas anterior ao projeto “*Somos Hermanos*”, faltando-lhes um maior conhecimento da realidade dos migrantes, o que foi proporcionado pelo intercâmbio com a Pastoral. Em troca, os agentes de pastoral perceberam na ocasião uma ótima oportunidade para entrar em contato com o cotidiano de muitos imigrantes, através da ação já programada dos agentes PSF. Como afirmou um agente de pastoral, “*eram os agentes de saúde que abriam as portas da pastoral para entrarem nas oficinas*”. As visitas eram de tal modo programadas para que, numa tarde por semana, apenas as oficinas dos imigrantes fossem visitadas neste dia, e se pudesse abrir espaço para o diálogo entre imigrantes e agente de pastoral, após o agente PSF ter realizado sua tarefa (medicar, informar cuidados de saúde e higiene, detectar casos de doenças, etc). O agente de pastoral podia, assim, também suprir uma forte demanda dos imigrantes, que só parcialmente o agente PSF estava em condições de atender: informações sobre documentação, sobre o modo de vida do Brasil, questões culturais e religiosas, relacionamentos familiares, etc.²

Se a experiência de contratação de imigrantes como agentes PSF, apesar de algumas desistências, foi reconhecida como positiva enquanto medida de política pública em favor dos imigrantes, se mantendo ao longo do tempo e se

repetindo também em outras regiões do município – a experiência de parceria com a Pastoral, com agentes de pastoral acompanhando as visitas às oficinas, não teve continuidade. Por ocasião do acordo bilateral Brasil-Bolívia, em 2006, agentes leigos que faziam visitas pelo projeto “*Somos Hermanos*”, prosseguiram as visitas e mesmo alargaram seu raio de ação, procurando fazer o contato com os locais onde se encontravam os imigrantes bolivianos além mesmo da cidade de São Paulo. No entanto, findo o acordo, nenhum trabalho sistemático, seja de parceria com PSF ou outra política pública, seja por simples iniciativa da Pastoral, foi levado adiante. Esta é, aliás, a crítica que uma agente PSF entrevistada faz à experiência de visitas, que durou basicamente entre meados de 2004 até junho de 2005, a sua falta de continuidade:

“Devia ter um assistente social, devia ter uma pessoa que fosse constantemente falar de higiene, que esse é o caso (...) devia ter investido mais em outras coisas, e não só a gente ir falar. Que nem a visita pastoral, ir alguém da pastoral pra falar, a criança que não foi batizada, que não foi registrada. A gente fala, mas devia ter outra pessoa pra dar outro parecer pra eles, não só os agentes.”

De fato, dentre as várias iniciativas do projeto “*Somos Hermanos*”, aquela que se mostrou efetivamente eficaz para incluir os imigrantes na sociedade brasileira, no espaço urbano, e na frequência dos serviços públicos, foi a prática das visitas às oficinas de costura. Esta prática permitiu, pela constância do elo criado entre o agente PSF e os imigrantes visitados, que os imigrantes fossem lentamente saindo dos espaços segregados em que se encontravam, e que eles, em maior ou menor grau, mudassem certos traços de seu comportamento, se interessando pela integração dentro do contexto brasileiro.

Um sinal claro tem sido o aumento da frequência dos imigrantes nos serviços públicos dos bairros do Brás, Pari, Bom Retiro e arredores: nas creches, postos de saúde, escolas, etc.³ Porém, em igual medida, nenhuma outra prática como a das visitas, permite constatar de maneira tão clara os grandes entraves que impedem os imigrantes a saírem do confinamento a que eles estão submetidos.

O CONFINAMENTO: TRABALHO, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE SAÚDE

Parece claro que a segregação em que vivem os imigrantes bolivianos, concretamente nas condições de confinamento das residências onde eles habitam e trabalham, contribui em muito para a degradação de suas condições de saúde. As razões apontadas para esta situação de confinamento são muito discutidas. Uma das mais em evidência, sobretudo pelo alarde que produz através da mídia, é aquela que associa o modo de vida destes imigrantes às “condições análogas ao trabalho escravo”. Existem, de fato, sinais claros de abusos nas relações de trabalho no interior dessas oficinas, de condições degradantes em que ele é exercido, de situações de trabalho forçado. Vários casos apresentam traços que permitem identificá-los como “análogos ao trabalho escravo”: retenção de documentos, aliciamento por meio de dívidas que coagem a trabalhar sem pagamento, uso de violência, ameaças e privação de liberdade. Porém, não se sabe bem ao certo, e em que medida, se tais condições de clandestinidade e confinamento favorecem a criação dessas práticas, ou se são essas práticas que tendem a criar e reforçar a situação de clandestinidade e confinamento em que eles se encontram. De toda maneira, não se pode deixar de situar esse ramo submerso da atividade econômica dentro de uma cadeia de produção industrial que

alimenta desde o comércio de roupas populares até as grandes redes de lojas de *griffe*. Nesse sentido, pode-se dizer que este tipo trabalho, clandestino, forçado e degradante, disponibilizaria roupas a preços mais baratos no mercado brasileiro.

Por outro lado, se existem casos em que efetivamente se percebe “condições análogas ao trabalho escravo”, também é uma verdade que eles não podem ser generalizados. Existe uma enorme fragmentação e pulverização desta atividade de costura numa multiplicidade de pequenas oficinas, alojadas em prédios antigos, galpões de antigas indústrias, casas na periferia da cidade, etc. A terceirização e clandestinidade deste ramo de atividade apóiam-se numa multiplicidade de oficinas, que reflete uma grande diversidade de situações de relações de trabalho, bem como de arregimentação de mão-de-obra. Trata-se basicamente de uma arregimentação informal, feita em base a relações pessoais estabelecidas a partir dos locais de origem, na Bolívia, ou por meio do conhecimento criado entre os grupos de imigrantes em São Paulo. Em comum com a informalidade, característica da clandestinidade em que eles se encontram, está a ação da rede social em que se movem familiares e conterrâneos, condicionando fortemente os valores e linhas de conduta dos imigrantes. Por isso, ao lado das estratégias de certos “oficinistas”⁴ para reter sua mão-de-obra, que facilmente assumem o caráter de intimidação e coação para o trabalho, existe também uma grande rotatividade entre os costureiros. Eles abandonam facilmente seus locais de trabalho por um outro, em troca de um melhor salário em outra oficina, deixando o oficinista numa situação de constante insegurança. Assim, esse contexto de clandestinidade, sem regulação por parte do poder público, a temporalidade do trabalho, sua flexibilidade, a competição acirrada

entre todos imigrantes (entre oficinistas, entre trabalhadores e oficinistas, entre os próprios trabalhadores, no interior de cada família), gera uma grande descon-fiança, que se soma àquela advinda de sua condição de estrangeiro, em conflito latente com a sociedade brasileira.

Assim, da mesma maneira que as “condições análogas de trabalho escravo”, a situação de clandestinidade das oficinas de costura e dos imigrantes bolivianos parece não ser condição suficiente para se poder compreender o confinamento a que os bolivianos estão submetidos, e que agravam suas condições de saúde.⁵ Se há uma constatação real da hostilidade em alguns ambientes brasileiros, da insegurança devida à sua situação de irregularidade, do estranhamento diante das imposições legais e sociais da sociedade brasileira, também é verdade que existe entre os bolivianos um meio social fechado que condiciona seus relacionamentos familiares, os valores de seu comportamento e convivência social, a competitividade no trabalho, e que filtra o relacionamento com as pessoas e estruturas institucionais do país em que se instalaram. Seria o caso de lembrar que existe uma condição social própria do migrante, emigrante em relação a uma sociedade de origem, imigrante e estranho em relação a uma sociedade que o recebe, condicionando fortemente todos os seus relacionamentos sociais. Essa condição social do migrante encontraria no trabalho a sua principal fonte de legitimação, o que pode ajudar a explicar a resistência de muitos imigrantes a saírem do confinamento em que eles se encontram, mesmo quando existem possibilidades reais que lhes são oferecidas, como as do Programa de Saúde da Família, o dos serviços da Pastoral do Migrante.

Pelos depoimentos tomados entre agentes PSF e da Pastoral, alguns dos traços dessa condição social emergem ao longo das visitas realizadas. A

primeira constatação é a da centralidade do trabalho no modo de vida dos imigrantes segregados nas oficinas de costura, no interior de uma metrópole como São Paulo. O espaço das casas é ao mesmo tempo local de moradia e de trabalho, estando fortemente condicionado pelas exigências do trabalho na costura, tendo as máquinas ocupado o lugar central. Todo o tempo dos imigrantes, por sua vez, está condicionado pelo trabalho febril nas máquinas, mal sobrando tempo para refeições, para descanso e mesmo para o cuidado dos filhos. Aliás, todo o relacionamento entre os moradores, da família do oficinista e das demais pessoas que são agregadas, e destes com aqueles que as visitam, está condicionado por esta verdadeira obsessão pelo trabalho. Algumas declarações dos agentes vão deixando isso patente:

“Nesse prédio deve ter uns setenta por cento que são bolivianos (...) é pensão, é tudo oficina e tem alguns que tem dois apartamentos, então no apartamento tem na sala as máquinas de costura, e nos dormitórios é onde os caras dormem e tem um outro apartamento onde o dono mora e na sala tá colocada a mesa de corte e eles cortam lá, é uma mesa assim ‘grandona’, então eles cortam lá, então eles têm dois apartamentos”. (agente PSF 1)

“Quando ele entra numa casa parece que ele destrói. Destrói porque eles começam a pregar madeira pra dividir (...) como se fosse uma favela ali dentro, eles pegam compensado da rua e eles vão dividindo e ali mora um casal, mora outro casal e vai indo assim (...) fazem cortiço, são vários quartinhos, onde ali vai chegando um casal da Bolívia e vão colocando, colocando... as máquinas ficam tudo junto, só o lugar de dormir que é separado”. (agente PSF 2)

Esse ambiente físico voltado para o trabalho condiciona o modo como a família vive e se organiza, agregando várias pessoas em função da produção na oficina:

“O ambiente familiar é esse que eu falo, as crianças... quando é um apartamento que eles tá costurando, eles colocam as crianças o tempo todo trancada dentro daquele quarto, isolado ali, sozinho mesmo e eles costurando. Aquele som altíssimo, eu não sei como eles agüentam, porque tá muito alto, eu falo pra eles. E aí papo vai, papo vem, não levantam da máquina pra nada, tem uma pessoa que vem dá a comida ali na maquina. (...) A maioria ainda é assim, pode ver que sentado tem a fruta do lado e um copo. Aí vem uma pessoa na hora do café da tarde e dá o chá e a fruta já tá ali. Então não levantam dali pra nada, nem pra ver como que o filho está ali do lado. (...) então, às vezes as mulheres têm infecção de urina porque nem da máquina levanta pra ir no banheiro, ali fica horas, e vai girando aquilo”. (agente PSF 2)

Esse modo de vida voltado para o trabalho cria um ambiente opressivo, em que procuram se fechar, isolando-se dos vizinhos e se comunicando apenas entre eles, e uma rádio em alto volume, transmitida em espanhol, como reforço constante de sua identidade de bolivianos. O sinal físico mais evidente deste fechamento sobre si são as janelas permanentemente fechadas. Alegando que “*sentem muito frio*”, eles criam uma situação de confinamento inteiramente voltado para o trabalho e de isolamento em relação à sociedade brasileira. Um agente entrevistado manifesta sua perplexidade, não compreendendo, apenas intuindo o que significaria essa condição deslocada a que se submetem esses imigrantes:

“Eu acho que é o fato deles terem vindo de lá pra cá, porque a maioria já está legalizada, não é pela polícia federal, então o medo deles de tá fechado era da policia federal, já não é mais. Então eu não consigo entender o porquê. Inclusive quando eu chego, eu falo, pode abrir a janela, pode ir abrindo tudo pra deixar o ar entrar, eles abrem naquela hora, quando eu vou embora eles fecham. Então não dá pra entender, porque num prédio fechado não dá pra entrar um ladrão, entrar a policia, entrar... eu queria entender.” (agente PSF 2)

As oficinas são esse mundo próprio dos imigrantes, fechado ao entendimento dos brasileiros. Este ambiente se organiza em torno da família do oficinista, que agrega outras famílias ou jovens solteiros como costureiros, para a execução do trabalho. Ao lado da rotatividade dos costureiros empregados, outro dado é a sazonalidade, com as épocas de pico da produção, em que existe uma vinda periódica de outros imigrantes para o trabalho nas oficinas. De um lado, nas visitas o agente sempre encontra a família do oficinista a quem acompanha durante anos, mas também uma grande variação entre os outros costureiros bolivianos. Por outro lado, na figura do oficinista se misturam o chefe de família e o patrão da oficina. Quando o oficinista está aberto às visitas e recomendações dos agentes, o ambiente tende a se tornar mais limpo e as condições de saúde e de trabalho melhores; quando ele está mais resistente, os problemas de higiene, de saúde e de trabalho forçado tendem a se tornar mais presentes. São nas relações familiares, sobretudo na submissão das mulheres e no abandono dos filhos, nas situações de violência a que se submetem, que o confinamento mostra sua face mais perversa. Sobre um dos oficinistas mais resistentes à mudança de padrões de comportamento:

“Eu fui dizer pra uma mãe que acabou de ganhar nenê que ela tinha que trazer pra vacinar e ele disse: ‘não, vacina não influi em nada, não precisa dá vacina não...’ (...) Não é que ele não seja esclarecido, ele é esclarecido, mas ele faz questão de continuar com as coisas que ele trouxe de lá da Bolívia pra cá, ele não quer se adaptar ao nosso país, tem pessoa que não quer se adaptar, ele quer continuar como se ele vivesse lá”. (Agente PSF 2)

Esse oficinista, presente no Brasil há cerca de dez anos, apesar de estar fazendo tratamento para tuberculose, resiste a melhorar as condições de higiene em sua oficina, despreza os cuidados preventivos para sua mulher gestante, e apenas solicita o recurso aos serviços públicos quando surgem doenças, como a tuberculose. Os casos de tuberculose entre imigrantes bolivianos é a consequência mais evidente das más condições de higiene, de alimentação, de excesso de trabalho e de confinamento a que eles se submetem. É preciso acrescentar que essas más condições de higiene, principalmente por parte das mulheres, em relação ao seu próprio corpo e ao cuidado dos filhos, assim como as diferentes imposições e violências a que elas se submetem são um outro sinal, ao mesmo tempo causa e consequência, deste confinamento, de padrões de relacionamento familiar que se degradam neste contexto de submissão ao trabalho.

“A violência com o pai e a mãe é tão grande que eles ficaram crianças arredias, acuadas. A gente percebe a tristeza no olhar, como percebe no olhar de algumas mulheres também, um semblante triste porque a vida dela é só trabalhar. É o que mais elas

reclamam, só trabalhar”. (agente PSF 2)

A submissão excessiva das mulheres e o abandono dos filhos facilmente são associados aos padrões culturais a que muitos imigrantes, sobretudo da área interior do Altiplano Andino, se aferram para poder sobreviver em São Paulo, cujo objetivo seria trabalhar, poupar o máximo e poder retornar à Bolívia, ou permanecer “boliviano”, mesmo residindo em São Paulo. Se a exigência do trabalho é usada como justificativa para o mal cuidado dos filhos, também a manutenção dos padrões de higiene deste mundo rural é usada para explicar certas atitudes. Um agente usa o exemplo trágico da ignorância de uma mãe em relação aos cuidados de higiene para com seus filhos, a fim de assustá-los e ajudá-los a perceber a necessidade de mudança de comportamento:

“A mulher também é meia... suja a mulher. Então tinha uma criança, ela tinha três filhos, dois meninos e a menininha que era recém nascida, ela não fazia a limpeza direito. Então a criança ficou com catapora, ela levou no posto, o médico passou uns remédios, mas ela em casa na hora de dar banho nos meninos dava banho com a mesma água, os outros dois. Aí a menina ficou ruim e foi levada para o hospital, os outros dois levaram também para o hospital, o mais velho ficou bom e o do meio é que ficou ruim. (...) Diz que uma catapora que pegou interno, não é pra fora, na pele, é interno. É uma doença, não me lembro o nome da doença. Então, ele ficou com essa doença e não teve jeito. Foi imediato assim, invadiu o corpo do menino, ele ficou com a temperatura alta, os médicos se esforçaram pra ver se descobriam,

mas entrou em coma mais ou menos umas seis horas da tarde e quando foi onze horas faleceu. (...) Na oficina e por causa da higiene. Ela não limpava direito o banheiro, sempre deixou um monte de roupas molhadas lá, então não pode, foi isso daí, a contaminação. Isso daí eu passo a experiência, eu passo pra eles”. (Agente PSF 1)

Se existe em muitas oficinas uma certa mudança de comportamento, uma melhor recepção às informações do agente de saúde, uma frequência maior dos serviços públicos de saúde e educação, bem como um crescimento do movimento associativo entre os imigrantes bolivianos e uma maior exposição no espaço público brasileiro – o núcleo de resistência à inserção mais adequada no espaço urbano se encontra dentro da família. A partir das visitas, pode-se perceber como nas relações familiares, a condição de emigrante no Brasil tende a pautar o seu modo de vida, nos espaços segregados das oficinas de costura, confinando-os no círculo vicioso do trabalho degradante, nos subterrâneos da indústria têxtil brasileira, sem qualquer registro ou direitos garantidos, e se fechando à possibilidade de canais alternativos para o exercício de sua própria cidadania. Sair deste círculo vicioso da condição emigrante é uma tarefa a que tanto as políticas públicas, quanto a Pastoral do Migrante, são chamadas a permitir que os próprios migrantes possam realizá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para sair do confinamento, os imigrantes deverão inevitavelmente levar em consideração, não apenas o lugar que as oficinas ocupam na cadeia de produção têxtil, o contexto de clandestinidade do trabalho a que parecem ser constantemente remetidos, mas também a sua condição de

emigrante e imigrante, os padrões culturais que pautam seu cotidiano. São ao mesmo tempo questões urgentes e dilacerantes. Não há como se inserir socialmente, lutar e poder usufruir seus direitos, e exercer sua cidadania, para ter uma melhor qualidade de vida no interior do espaço urbano paulista, sem se submeter a algum tipo de adaptação. Os traços culturais mais valorizados que os distinguem, com que mais se identificam, talvez sejam os que mais os bloqueiam na percepção dos caminhos possíveis para sua inserção social. Não é por nada que eles se confinam no espaço segregado de suas residências, onde trabalho e vida familiar se misturam, onde os sonhos de prosperidade que os trouxeram ao Brasil podem se tornar pesadelos, e as cobranças entre pares se tornam uma verdadeira escravidão. Nesse espaço se joga o dilema surdo: se adaptar e permanecer boliviano ao mesmo tempo; se inserir na cidade sem abandonar seus costumes mais inalienáveis.

As visitas se mostraram como a brecha para uma intervenção nesse espaço segregado por parte de instituições da sociedade de recepção, abrindo a possibilidade de novas formas de adaptação. Toda a questão se joga na possibilidade de os próprios migrantes serem os reais protagonistas nesse processo de adaptação. A novidade indicada pelo projeto *Somos Hermanos*, sobretudo pela prática de visita às oficinas, demonstra que não há política pública (ou estratégia pastoral) que possa permitir pleno espaço de participação e exercício de direitos pelos migrantes, sem o contato direto com eles no seu espaço segregado. Não pode haver integração social, sem que os imigrantes mesmos coloquem em questão a lógica que preside o seu projeto migratório. Ele também não acontecerá, sem que todos, inclusive vários setores da sociedade brasileira, se questionem como esse projeto

migratório (que os exclui como cidadãos na sociedade de recepção), por vias não-ditas, se transforma numa etapa importante no interior de uma forma perversa de acumulação de capital. Ao lado de todo movimento pela eliminação dos abusos perpetrados pelo trabalho forçado, ou por uma lei de migração justa que inclua a todos como seres humanos, não importando sua origem ou nacionalidade, os imigrantes também precisam de pontes de diálogo que entrem no espaço confinado de suas oficinas, onde vivem e trabalham, e colocam em jogo a parte mais valiosa de suas vidas.

* **Sidnei Marco Dernelas é Missionário Scalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios/CEM.**

NOTAS

1 - O projeto se concentrou na Sub-prefeitura da Moóca na cidade de São Paulo, particularmente nos bairros do Pari, Belém, Moóca e, sobretudo, a partir da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Brás, funcionando basicamente durante os anos de 2004 e 2005. Este texto se serve de todo um trabalho em andamento de reconstituição da memória da Pastoral dos Migrantes na Igreja N. Sra. da Paz, em que vários agentes de pastoral e migrantes foram sendo entrevistados, inclusive aqueles que participaram diretamente desse projeto específico. Por outro lado, resta dizer que a realidade das oficinas de costura em que trabalham imigrantes hispano-americanos não é nova. Ela já foi denunciada e estudada anteriormente. Citamos os trabalhos realizados por Sidney Antônio da Silva, em particular sua dissertação de mestrado (1997), além de artigos publicados na *Travessia*. Agradecemos as observações de pe. Mário Geremia ao texto final deste artigo.

2 - É de se notar que os agentes, quando relembram suas visitas às oficinas, mais falavam sobre questões de documentação do que aquelas referentes à prática religiosa e comunitária. Isto não só porque essa é a principal demanda dos próprios imigrantes, mas também porque o espaço da Pastoral, principalmente na Igreja da Paz, talvez tenha mais se identificado como um local onde poderiam encaminhar e resolver prioritariamente seus problemas jurídicos, e em segundo lugar como espaço comunitário e religioso.

3 - É preciso acrescentar e reconhecer que, entre os imigrantes bolivianos, os benefícios do acordo Brasil-Bolívia contribuíram muito para essa mudança de atitude, na medida que houve uma forma de reconhecimento jurídico de sua presença no país, e logo, do acesso a direitos básicos. O crescimento da participação dos bolivianos na demanda de serviços públicos de saúde, creche, escola é notada por todos os entrevistados, que reconhecem também que este é um fator de conflito com moradores brasileiros que demandam pelos mesmos serviços.

4 - "Oficinista" é como é conhecido o dono da oficina, que controla as máquinas, contrata os trabalhadores e se relaciona com os fornecedores e compradores de seus produtos. Posição ocupada anteriormente pelos imigrantes coreanos, em geral o "oficinista" se encontrava em situação regular no país, enquanto os outros costureiros estariam ilegais. Depois do acordo bilateral, e após vários anos de presença de imigrantes bolivianos em São Paulo, também esse quadro varia muito de oficina para oficina, de uma região da cidade para outra. Sempre é bom ressaltar que os depoimentos tomados refletem um quadro posterior ao do projeto *Somos Hermanos*, em que ainda não vigorava o acordo bilateral, e portanto a insegurança dos imigrantes era muito mais sensível.

5 - Esta constatação é manifestada explicitamente pelos agentes, que em suas visitas não percebem atualmente tantos sinais de "escravidão" nas relações de trabalho, ou mesmo uma situação de temor acentuado pela ação da polícia ou de denúncia de vizinhos. Se existe um temor pela visita de estranhos, e relatam mesmo casos em que há resistência em abrir as portas, os agentes em geral declaram que não encontram maiores dificuldades em entrar nas oficinas, ou mesmo em se comunicar com eles (embora a questão da língua seja sempre um problema). Também aqui o acordo bilateral criou uma situação de maior segurança. Aliás, a presença mais visível de bolivianos nos serviços públicos, bem como nas manifestações culturais, seriam sinais claros de que a questão da clandestinidade estaria se relativizando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Sidney Antônio da
(1997) *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas.
- SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE
(2005) *Travessias na desordem global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas.